



Demonstrações Financeiras

Exercício 2013

Índice

Demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

• Balanço em 31 de Dezembro de 2013	3
• Demonstração dos Resultados por Natureza em 31 de Dezembro de 2013.....	4
• Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2013.....	5
• Demonstração de alterações dos Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2013	6
• Anexo:	
1. Nota introdutória.....	8
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	8
3. Principais políticas contabilísticas.....	9
4. Fluxos de Caixa.....	14
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	14
6. Ativos Fixos Tangíveis.....	14
7. Ativos Intangíveis.....	16
8. Locações.....	17
9. Clientes	18
10. Estado e Outros entes Públicos	18
11. Contas a Receber	18
12. Diferimentos.....	19
13. Fornecedores.....	19
14. Financiamentos Obtidos	19
15. Outras contas a Pagar.....	20
16. Fundos.....	20
17. Resultados Transitados	20
18. Outras Variações nos Fundos Patrimoniais.....	21
19. Partes Relacionadas.....	22
20. Prestações de Serviços.....	22
21. Gastos com Fornecimentos com serviços externos.....	22
22. Gastos com o Pessoal	23
23. Outros Rendimentos e Ganhos	23
24. Outros Gastos e Perdas.....	24
25. Juros e Rendimentos similares Obtidos.....	24
26. Impostos Sobre o Rendimento	24
27. Informações exigidas por Diplomas Legais.....	24
28. Acontecimentos após a data do Balanço	25

AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.
Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2013

Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior

BALANÇO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Rubricas	Notas	2013	2012
ACTIVO:			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	6, 8	62.577,88	42.417,19
Activos intangíveis	7	3.183,09	4.668,43
Outros Activos Financeiros		38,86	-
		65.799,83	47.085,62
Activo corrente:			
Clientes	9	417.500,00	288.180,00
Estado e outros entes públicos	10	63.806,26	82.167,52
Outras contas a receber	11	355.972,77	166.963,54
Diferimentos	12	10.525,17	20.640,46
Caixa e depósitos bancários	4	9.947.702,74	9.861.312,74
		10.795.506,94	10.419.264,26
Total do Activo		10.861.306,77	10.466.349,88
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO:			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	16	3.100.000,00	3.100.000,00
Resultados transitados	17	1.379.884,11	980.024,23
Outras variações nos Fundos Patrimoniais	18	54.322,11	57.517,74
Resultado líquido do período		1.723.137,57	399.859,88
Total do Fundo de capital		6.257.343,79	4.537.401,85
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
		-	-
Passivo corrente:			
Fornecedores	13	6.162,87	14.011,10
Estado e outros entes públicos	10	176.959,06	147.793,18
Financiamentos obtidos	14	24.234,53	2.413,28
Outras contas a pagar	15	338.796,52	417.610,43
Diferimentos	12	4.057.810,00	5.347.120,04
		4.603.962,98	5.928.948,03
Total do Passivo		4.603.962,98	5.928.948,03
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		10.861.306,77	10.466.349,88

**Montantes expressos em Euros

O Conselho de Administração

Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral

Jacinto Jorge Carvalhal

João Alexandre Botelho Duarte Silva

Sérgio Machado dos Santos

Paulo Jorge dos Santos Silva Santiago

O Técnico Oficial de Contas

João Salvador Oliveira Cipriano

TOC nº 50925

Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Rendimentos e Gastos	Notas	2013	2012
Vendas e serviços prestados	20	5.255.810,04	3.612.439,96
Fornecimentos e serviços externos	21	(771.423,15)	(691.521,42)
Gastos com o pessoal	22	(3.009.190,47)	(2.855.661,55)
Outros rendimentos e ganhos	23	15.241,45	4.843,25
Outros gastos e perdas	24	(15.765,99)	(20.505,37)
Resultado antes de depreciações, gastos financ. e impostos		<u>1.474.671,88</u>	<u>49.594,87</u>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 , 7	(27.162,58)	(25.987,80)
Resultado operacional (antes gastos de financ. e impostos)		<u>1.447.509,30</u>	<u>23.607,07</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	25	276.430,69	376.426,33
Juros e gastos similares suportados	14	(802,42)	(173,52)
Resultado antes de impostos		<u>1.723.137,57</u>	<u>399.859,88</u>
Resultado líquido do período		<u>1.723.137,57</u>	<u>399.859,88</u>

**Montantes expressos em Euros

O Conselho de Administração

Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral

Jacinto Jorge Carvalhal

João Alexandre Botelho Duarte Silva

Sérgio Machado dos Santos

Paulo Jorge dos Santos Silva Santiago

O Técnico Oficial de Contas

João Salvador Oliveira Cipriano
TOC nº 50925

Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	Notas	2013	2012
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes/utentes		3.601.753,36	5.681.140,00
Pagamento a fornecedores		(610.283,63)	(530.821,24)
Pagamentos ao pessoal		(2.702.508,41)	(2.401.296,13)
Fluxos gerados pelas operações		288.961,32	2.749.022,63
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	10	20.221,52	(31.323,72)
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional		(528.127,12)	(455.267,87)
Fluxos das actividades operacionais (1)		(218.944,28)	2.262.431,04
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e proveitos similares		317.719,59	366.829,53
		317.719,59	366.829,53
Pagamentos respeitantes a:			
Activos Fixos Tangíveis	6	(2.020,89)	(6.719,24)
Activos Fixos Intangíveis	7	(3.182,76)	(3.182,76)
		(5.203,65)	(9.902,00)
Fluxos das actividades de investimento (2)		312.515,94	356.927,53
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos	14	(7.181,66)	(9.734,77)
Juros e custos similares	14		(173,52)
		(7.181,66)	(9.908,29)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(7.181,66)	(9.908,29)
Variações de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		86.390,00	2.609.450,28
Caixa e seus equivalentes no início do período		9.861.312,74	7.251.862,46
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9.947.702,74	9.861.312,74

O Conselho de Administração

Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral

Jacinto Jorge Carvalhal

João Alexandre Botelho Duarte Silva

Sérgio Machado dos Santos

Paulo Jorge dos Santos Silva Santiago

O Técnico Oficial de Contas

João Salvador Oliveira Cipriano
TOC nº 50925

Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais - Exercício de 2013

Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição no Início do Período 2013	3.100.000,00	-	-	980.024,23	57.517,74	399.859,88	4.537.401,85
Alterações no período							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-
Utilização de subsídio ao investimento	-	-	-	-	(3.195,63)	-	(3.195,63)
Aplicação de resultados de 2012	-	-	-	399.859,88	-	(399.859,88)	-
	-	-	-	399.859,88	(3.195,63)	(399.859,88)	(3.195,63)
Resultado Líquido do Período						1.723.137,57	1.723.137,57
Resultado Extensivo						1.323.277,69	1.719.941,94
Operações com instituidores no período							
Fundos	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legados	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2013	3.100.000,00	-	-	1.379.884,11	54.322,11	1.723.137,57	6.257.343,79

**Montantes expressos em Euros

O Conselho de Administração

Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral

Jacinto Jorge Carvalhal

João Alexandre Botelho Duarte Silva

Sérgio Machado dos Santos

Paulo Jorge dos Santos Silva Santiago

O Técnico Oficial de Contas

João Salvador Oliveira Cipriano
TOC nº 50925

Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais - Exercício de 2012

Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição no Início do Período 2012	3.100.000,00	-	-	178.755,80	60.713,37	801.268,43	4.140.737,60
Alterações no período							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-
Utilização de subsídio ao investimento	-	-	-	-	(3.195,63)	-	(3.195,63)
Aplicação de resultados de 2011	-	-	-	801.268,43	-	(801.268,43)	-
	-	-	-	801.268,43	(3.195,63)	(801.268,43)	(3.195,63)
Resultado Líquido do Período						399.859,88	399.859,88
Resultado Extensivo						(401.408,55)	396.664,25
Operações com instituidores no período							
Fundos	-	-	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legados	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
Posição no Fim do Período 2012	3.100.000,00	-	-	980.024,23	57.517,74	399.859,88	4.537.401,85

**Montantes expressos em Euros

O Conselho de Administração

Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral

Jacinto Jorge Carvalho

João Alexandre Botelho Duarte Silva

Sérgio Machado dos Santos

Paulo Jorge dos Santos Silva Santiago

O Técnico Oficial de Contas

João Salvador Oliveira Cipriano
 TOC nº 50925

Anexo às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

Instituída pelo Estado através do Decreto-Lei nº 369/2007, de 5 de Novembro, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), é uma fundação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, dotada de personalidade jurídica e reconhecida como de utilidade pública. É independente no exercício das suas atribuições e competências, sem prejuízo dos princípios orientadores fixados legalmente pelo Estado.

A sua missão consiste em garantir a qualidade do ensino superior em Portugal, através da avaliação e da acreditação das instituições de ensino superior e dos seus ciclos de estudos, bem como no desempenho das funções inerentes à inserção de Portugal no sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Agência atua.

É entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Agência, a sua posição e desempenho financeiros, bem como os fluxos de caixa gerados no período.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, que aprovou o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), em execução do disposto do nº 2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de Julho que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística e que é parte integrante deste.

2.2 Disposições derogadas no exercício

No exercício corrente não foram derogadas quaisquer disposições.

2.3 Adopção pela primeira vez da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL)

Em 2010 a Agência apresentou as demonstrações financeiras de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

O Balanço em 31 de Dezembro de 2010 e as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações dos fundos patrimoniais, bem como a informação constante das respectivas notas anexas, relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustados em conformidade com as NCRF-ESNL.

Não houve qualquer ajustamento ou alteração de políticas contabilísticas decorrentes da adopção das NCRF-ESNL. A transição dos anteriores princípios contabilísticos geralmente aceites para a NCRF-ESNL não afectou a posição e desempenho financeiro.

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Agência mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação/operação dos mesmos, que a Agência espera vir a incorrer.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alterações a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e o valor líquido contabilístico do activo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.4 Activos intangíveis

Os activos intangíveis registados referem-se a projectos de desenvolvimento da plataforma informática da Agência, bem como a licenças de software e são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos respectivos activos.

As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Refere-se que os activos intangíveis registados até 31 de Dezembro de 2009 foram integralmente adquiridos com recurso ao financiamento proporcionado pelo subsídio de instalação atribuído pelo Estado, pelo que as respectivas amortizações anuais registadas são compensadas com o registo do redito correspondente ao subsídio de investimento imputado.

3.5 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transacções são facturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem com as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.6 Activos e passivos financeiros

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas (no caso de activos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Os activos e passivos financeiros incluem:

- Clientes;
- Adiantamentos a fornecedores;
- Outras contas a receber;
- Fornecedores;
- Outras contas a pagar;
- Financiamentos obtidos.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de activos financeiros

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do activo e a melhor estimativa do justo valor desse activo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados, na rubrica "Perdas por imparidade", no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

A reversão deve ser efectuada até ao limite do montante que estaria reconhecido caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade".

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Agência desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais a A3ES reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Agência desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Agência irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos activos cuja aquisição se destinaram.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem, sendo registados no passivo na rubrica de rendimentos diferidos até ao momento da sua utilização.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.8 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber e é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Agência;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Agência e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.9 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.10 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2012 não existem factos que mereçam o registo de provisões ou a divulgação de activos ou passivos contingentes.

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Agência tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Activos contingentes

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.12 Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam o valor contabilístico dos activos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras referem-se, sobretudo:

- a) Ao reconhecimento de receitas obtidas decorrentes de taxas cobradas por acreditação preliminar de ciclos de estudo. Dado que esta receita obtida no exercício de 2010 se enquadra num plano de acreditação quinquenal dos cursos, as receitas agora obtidas foram diferidas por um período de 5 anos de acordo com o seguinte critério, que se estima que corresponda à cadência esperada de ocorrência dos gastos que estarão associados a esse processo de acreditação:

Período	Nota	%	Receita
Receita 2010		35%	907.585
Receita 2011		25%	648.275
Receita 2012		20%	518.620
Receita 2013		10%	259.310
Receita 2014		10%	259.310
			2.593.100

Deste modo, em 31 de Dezembro de 2013, encontram-se registados em diferimentos activos o montante de 259.310 euros referentes a receitas obtidas a reconhecer durante o exercício de 2014 (Nota 12).

- b) A estimativa do gasto a incorrer com comissões externas para acreditações de novos ciclos de estudo registados e facturados durante o exercício de 2013, corresponde a 60% das respectivas receitas obtidas. Deste modo a rubrica de acréscimos de gastos em 31 de Dezembro de 2012 incluía o montante de 147.668 euros para fazer face a estes gastos. A 31 de Dezembro de 2013 o saldo nessa conta é de 600 euros relativo a valores que falta ainda facturar. (Nota 15).
- c) Foram cobradas em 2013 taxas de avaliações CEF 12/13 no montante de 3.708.000 euros. Deste valor valor foi diferido cerca de 13% que corresponde à percentagem de visitas por realizar em 2014, sendo nesse momento que serão registados os gastos com estas avaliações (Nota 12)

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, em caixa e seus equivalentes inclui-se numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

O caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, têm a seguinte composição:

	31.12.2013	31.12.2012
Numerário	10.556,60	10.465,53
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.121.146,14	419.847,21
Outras aplicações de tesouraria	8.816.000,00	9.431.000,00
Caixa e depósitos bancários	9.947.702,74	9.861.312,74

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não foram alteradas quaisquer estimativas ou políticas contabilísticas, quer no período corrente, quer em períodos anteriores.

6. Activos fixos tangíveis:

a) Quantia escriturada bruta e depreciações acumuladas

Rubricas	Situação inicial			Situação final		
	Quantia bruta	Depr. E imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depr. E imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Equipamento de Transporte	37.773,04	(37.773,04)	-	40.634,28	(10.158,57)	30.475,71
Equipamento Administrativo	94.473,65	(52.056,46)	42.417,19	96.494,53	(64.392,36)	32.102,17
Totais	132.246,69	(89.829,50)	42.417,19	137.128,81	(74.550,93)	62.577,88

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 o movimento ocorrido nos activos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.
Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2013

Exercício 2013			
	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial 31.12.2012	37.773,04	94.473,64	132.246,68
Aquisições	40.634,28	2.020,89	42.655,17
Alienações	-	-	-
Abates	37.773,04	-	-
Saldo final 31.12.2013	40.634,28	96.494,53	137.128,81
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial 31.12.2012	37.773,04	52.056,45	89.829,49
Amortizações do exercício	10.158,57	12.335,91	22.494,48
Alienações	-	-	-
Abates	37.773,04	-	-
Outras variações	-	-	-
Saldo final 31.12.2013	10.158,57	64.392,36	74.550,93
Activo líquido em 31.12.2013	30.475,71	32.102,17	62.577,88
Exercício 2012			
	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial 31.12.2011	37.773,04	87.754,40	125.527,44
Aquisições	-	6.719,24	6.719,24
Alienações	-	-	-
Abates	-	-	-
Saldo final 31.12.2012	37.773,04	94.473,64	132.246,68
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial 31.12.2011	28.329,80	39.118,40	67.448,20
Amortizações do exercício	9.443,24	12.938,05	22.381,29
Alienações	-	-	-
Abates	-	-	-
Outras variações	-	-	-
Saldo final 31.12.2012	37.773,04	52.056,45	89.829,49
Activo líquido em 31.12.2012	-	42.417,19	42.417,19

c) Vidas úteis

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Activos fixos tangíveis N.º de anos

Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	3 a 8

As depreciações do exercício, no montante de 22.381 euros (25.776 euros em 2011) foram registadas na rubrica de "gastos de depreciações e amortizações".

7. Activos Intangíveis

a) Quantia escriturada bruta e depreciações acumuladas

Rubricas	Situação inicial			Situação final		
	Quantia bruta	Amortiz. e imparidade acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortiz. e imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Projectos de Desenvolvimento	122.280,00	(122.280,00)	-	122.280,00	(122.280,00)	-
Programas de computador	12.360,28	(7.691,85)	4.668,43	15.543,04	(12.359,95)	3.183,09
Totais	134.640,28	(129.971,85)	4.668,43	137.823,04	(134.639,95)	3.183,09

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e em 31 de Dezembro de 2012 o movimento ocorrido nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Exercício 2013		
	Projectos de desenvolvimento	Programas de computadores	Total
Activo bruto:			
Saldo inicial 31.12.2012	122.280,00	12.360,28	134.640,28
Aquisições	-	3.182,76	3.182,76
Alienações	-	-	-
Abates	-	-	-
Saldo final 31.12.2013	122.280,00	15.543,04	137.823,04
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial 31.12.2012	122.280,00	7.691,85	129.971,85
Amortizações do exercício	-	4.668,10	4.668,10
Alienações	-	-	-
Abates	-	-	-
Outras variações	-	-	-
Saldo final 31.12.2013	122.280,00	12.359,95	134.639,95
Activo liquido em 31.12.2013	-	3.183,09	3.183,09

AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.
Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2013

	Exercício 2012		Total
	Projectos de desenvolvimento	Programas de computadores	
Activo bruto:			
Saldo inicial 31.12.2011	122.280,00	9.177,52	131.457,52
Aquisições	-	3.182,76	3.182,76
Alienações	-	-	-
Abates	-	-	-
Saldo final 31.12.2012	122.280,00	12.360,28	134.640,28
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial 31.12.2011	122.280,00	4.085,34	126.365,34
Amortizações do exercício	-	3.606,51	3.606,51
Alienações	-	-	-
Abates	-	-	-
Outras variações	-	-	-
Saldo final 31.12.2012	122.280,00	7.691,85	129.971,85
Activo líquido em 31.12.2012	-	4.668,43	4.668,43

c) Vidas úteis

Os bens inscritos nesta rubrica têm uma vida útil finita e, como tal, estão sujeitas a depreciações anuais, sendo estas calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta de acordo com um período de vida útil esperado de 3 anos.

As amortizações do exercício, no montante de 4.668 euros (3606 euros em 2012), foram registadas na rubrica de "gastos de depreciações e amortizações".

8. Locações

A agência tem os seguintes elementos adquiridos sob a forma de locação financeira (Nota 14):

Bem	Rubrica	V. Aquisição	A. Acumulada	V. Líquido
Viatura 06-NP-54	Eq. Transporte	40.634,28	(10.158,57)	30.475,71
TOTAL		40.634,28	(10.158,57)	30.475,71

9. Clientes

Os saldos de clientes em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 referem-se a taxas facturadas a instituições de ensino que ainda não haviam sido liquidadas e desagregam-se da seguinte forma:

Rubricas	2013		2012	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Clientes:				
Instituições de Ensino	417.500,00	-	288.180,00	-
Totais	417.500,00	-	288.180,00	-

Do montante em dívida em 31 de Dezembro de 2013, 399.500 estão em dívida à menos de 30 dias, 18.000 euros estão em dívida à mais de 120 dias.

Não existem quaisquer perdas por imparidade associadas aos valores a receber dos clientes.

10. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Rubricas	2013		2012	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto s/o rendimento das pessoas colectivas	63.806,26	-	82.167,52	-
Retenção de impostos s/rendimentos	-	152.074,00	-	127.821,88
Segurança Social, CGA e ADSE	-	24.868,69	-	19.971,30
Outras tributações - FCT e FGCT a pagar	-	16,37	-	-
Totais	63.806,26	176.959,06	82.167,52	147.793,18

Atendendo a que a Agência é uma entidade isenta em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, o valor de IRC que se apresenta no activo foi indevidamente retido na fonte por entidades bancárias e será reembolsado em 2014. Salienta-se que o imposto retido na fonte no exercício de 2012 foi recuperado no exercício de 2013.

11. Contas a Receber

A rubrica de "Outras quantias a receber" desagrega-se da seguinte forma em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

Rubricas	2013			2012		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Devedores p/acréc. Rendimentos:						
Juros a Receber	107.930,07	-	107.930,07	151.189,63	-	151.189,63
Outros	-	-	-	-	-	-
Outras contas a receber	248.042,70	-	248.042,70	15.773,91	-	15.773,91
Totais	355.972,77	-	355.972,77	166.963,54	-	166.963,54

12. Diferimentos

Foram diferidos para exercícios seguintes os gastos, ou a quota-parte destes, cujo pagamento ocorreu neste exercício ou anterior e que se refiram a períodos subsequentes, bem como os rendimentos cujo recebimento ocorreu neste exercício ou anterior e que se referem a períodos subsequentes.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foram diferidos os seguintes gastos e rendimentos:

Rubricas	2013		2012	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Gastos a Reconhecer:				
Rendas	8.151,57	-	8.151,57	-
Seguros	1.773,60	-	1.648,39	-
Outros Gastos diferidos	600,00	-	10.840,50	-
Rendimentos a Reconhecer:				
ACEF 2011/12	-	-	-	1.507.500,00
ACEF 2012/13 (Nota 3.12.a))	-	778.500,00	-	2.232.000,00
ACEF 2013/14	-	2.236.000,00	-	-
NCE 2012	-	-	-	1.089.000,00
NCE 2013	-	784.000,00	-	-
AVALIAÇÃO CEF	-	259.310,00	-	518.620,04
Totais	10.525,17	4.057.810,00	20.640,46	5.347.120,04

Os rendimentos diferidos de "NCE 13" e "ACEF", referem-se a valores cobrados em 2013 mas cujo início do processo irá acontecer apenas em 2014.

13. Fornecedores

Nos anos de 2013 e 2012 decompunham-se da seguinte forma as quantias a pagar a fornecedores:

Rubricas	2013		2012	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Fornecedores Gerais	-	6.162,87	-	14.011,10
Totais	-	6.162,87	-	14.011,10

O prazo médio dos pagamentos foi no exercício de 2013 de 28 dias (28 dias em 2012).

14. Financiamentos Obtidos

A agência dispõe de um financiamento por locação financeira junto do Banco Português do Investimento (BPI), apresentando, em 2013 os seguintes valores em dívida:

Rubricas	2013		2012	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Locações Financeiras:				
CGD #348298	-	-	-	2.413,28
BPI #1360104100	-	24.234,53	-	-
Totais	-	24.234,53	-	2.413,28

Em resultado deste financiamento obtido, foram reconhecidos no exercício, gastos decorrentes de juros suportados no montante de 800,38 euros (173,52 euros em 2012).

15. Outras contas a Pagar

A rubrica de "Outras quantias a pagar" desagrega-se da seguinte forma em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

Rubricas	2013	2012
Correntes:		
Pessoal	268,57	268,57
Credores p/acréc. Gastos:		
Férias + S.Férias + Encargos	150.157,91	147.694,17
Gastos de acreditação de cursos (nota 3.12 b))	152.674,96	147.667,50
Outros acréscimos de gastos	28.943,52	9.061,91
Outras contas a pagar	6.751,56	112.918,28
Totais	338.796,52	417.610,43

16. Fundos

O Fundo da Agência ascende a 3.100.000 euros e foi integralmente realizado pelo Estado, através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Nos termos do n.º 3 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 369/2007, de 5 de Novembro, que instituiu a Agência, a contribuição financeira total atribuída pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ascendeu a 4 milhões de euros, repartido da seguinte forma:

- a) A título de dotação inicial o montante de 1.000.000 euros, recebido na sequência da criação da Agência.
- b) O montante de 3.000.000 euros, a título de subsídio de instalação, sendo que esta contribuição, recebida no exercício de 2009, foi classificada de acordo com a respectiva natureza de utilização, que se resume da seguinte forma:

Fundo	2.100.000
Subsídio ao investimento (Outras variações fundos patrimoniais)	209.540
Subsídio de exploração	690.460
	<u>3.000.000</u>

O subsídio de exploração foi registado em resultados do exercício durante os exercícios de 2012 e 2013, no montante de 3.196 euros em cada ano, respectivamente (Nota 26).

Salienta-se que, em caso de extinção da Agência, todo o seu património reverte para o Estado, salvo quando seja fundida ou incorporada noutra entidade, situações em que o património pode reverter, total ou parcialmente, para esta.

17. Resultados transitados

Com parecer favorável do Conselho de Curadores foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e foi decidido que o resultado líquido positivo referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.

18. Outras Variações nos Fundos Patrimoniais

Esta rubrica é composta pelo montante de subsídios do Governo recebidos relacionados com a aquisição de activos, sendo reduzida na mesma medida que os respectivos investimentos são depreciados.

Em 2012 e 2013 os investimentos financiados por subsídios apresentam-se no quadro em baixo:

Rubrica:	Montante recebido	Redito do período	Redito acumulado	Subsídio a reconhecer
Projectos de desenvolvimento	122.280,00	0,00	122.280,16	0,00
Programas de computadores	1.540,00	0,00	1.539,32	0,00
Equipamento administrativo	36.745,00	3.195,63	31.398,35	5.347,11
Investimentos a adquirir	48.975,00	0,00	0,00	48.975,00
	209.540,00	3.195,63	155.217,83	54.322,11

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 a Agência beneficiou dos seguintes subsídios atribuídos pelo Governo:

	Subsídio à exploração	Subsídios relacionados com activos	Efeito total de subsídios
Subsidio recebido no exercício de 2009	690.460,00	209.540,00	900.000,00
Imputação a resultados do exercício	592.620,90	49.711,52	642.332,42
Subsídio a reconhecer em 31.12.2009	97.839,10	159.828,48	257.667,58
Imputação a resultados do exercício	97.839,10	49.550,62	147.389,72
Subsídio a reconhecer em 31.12.2010	-	110.277,86	110.277,86
Imputação a resultados do exercício	-	49.564,49	49.564,49
Subsídio a reconhecer em 31.12.2011	-	60.713,37	60.713,37
Imputação a resultados do exercício	-	3.195,63	3.195,63
Subsídio a reconhecer em 31.12.2012	-	57.517,74	57.517,74
Imputação a resultados do exercício	-	3.195,63	3.195,63
Subsídio a reconhecer em 31.12.2013	-	54.322,11	54.322,11

19. Partes relacionadas

A Agência é uma entidade independente e totalmente autónoma das entidades com quem estabelece relações, comerciais ou de qualquer outra natureza, não tendo por isso qualquer relação classificada como "Partes relacionadas".

A Remuneração do pessoal chave da gestão nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012 têm a seguinte composição:

	Exercício de 2013	Exercício de 2012
Conselho de Administração:		
Benefícios de curto prazo		
Remunerações	475.842,26	527.738,37
Contribuições Segurança Social	26.286,86	16.794,80
Contribuições Caixa Geral Aposentações	25.425,99	24.755,72
	<u>527.555,11</u>	<u>569.288,89</u>

O número de membros do conselho de administração em 2013 e 2012 foram 5. Não ocorreu nenhuma alteração na composição nesses períodos.

20. Prestação de serviços

Nos exercícios de 2013 e 2012 os rendimentos detalham-se da seguinte forma:

Rubricas	2013	2012
AC.N.C.E	1.215.000,00	1.327.500,00
AC.C.E.F (nota 3.12 a))	259.310,04	518.619,96
Avaliação C.E.F 2010/2011	3.694.500,00	1.600.600,00
ASIGQ	24.000,00	60.000,00
Revisão	63.000,00	87.000,00
Conferência 2012	-	18.720,00
Total	<u>5.255.810,04</u>	<u>3.612.439,96</u>

21. Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos

Os gastos da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos desagregam-se da seguinte forma nos anos de 2013 e 2012:

AGÊNCIA DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.
Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2013

Rubricas	2013	2012
Subcontratos - Catering	113,16	549,00
Trabalhos Especializados	131.129,83	172.874,90
Publicidade e Propaganda	-	-
Honorários	6.477,15	61.374,30
Conservação e Reparação	4.455,26	7.199,60
Ferramentas e Utens. Desg. Rápido	70,09	141,05
Livros e documentação técnica	2.565,34	290,86
Material de escritório	3.535,68	8.752,43
Electricidade	4.941,39	5.085,40
Combustíveis	6.154,04	6.742,09
Deslocações e estadas	486.289,47	294.114,33
Rendas e alugueres	95.983,56	97.828,68
Comunicação	15.863,52	14.607,59
Despesas de Representação	1.170,18	8.489,07
Limpeza, Higiene e Conforto	8.410,32	8.529,03
Outros FSE	4.264,16	4.942,69
Totais	771.423,15	691.521,02

22. Gastos com o Pessoal

Os gastos da rubrica Pessoal desagregam-se da seguinte forma:

Rubricas	2013	2012
Vencimentos Orgãos Sociais	475.842,26	527.738,37
Vencimentos Pessoal	2.299.097,12	2.125.760,00
Encargos s/remunerações	197.888,94	170.555,66
Seguro Acidentes de Trabalho	6.439,70	5.971,81
Outros gastos com pessoal	29.922,45	25.635,62
Totais	3.009.190,47	2.855.661,46

O número médio de empregados no exercício de 2013 e 2012 foi de 28 e de 27, respectivamente.

23. Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica reflecte a imputação a resultados do exercício dos subsídios para investimentos. O valor do rendimento corresponde ao gasto da depreciação no exercício dos investimentos subsidiados.

Rubricas	2013	2012
Imputação de Subsídios p/Investimentos	3.195,63	3.195,63
Ganhos na Alienação de activos Fixos Tangíveis	12.000,00	-
Correcções relativas a Periodos Anteriores	45,74	1.551,06
Outros Não especificados	0,08	96,56
Totais	15.241,45	4.843,25

24. Outros Gastos e Perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foram como segue:

<u>Rubricas</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Impostos	211,58	205,62
Taxas	24,60	1.836,00
Correcções de Exercícios Anteriores	8.280,72	10.219,37
Quotizações	7.248,37	8.244,35
Outros gastos e perdas não especificados	0,72	0,03
Totais	15.765,99	20.505,37

25. Juros e Rendimentos similares obtidos

Pelas aplicações financeiras realizadas pela agência em instituições de crédito, esta obteve os seguintes rendimentos:

<u>Rubricas</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Juros Obtidos		
Depósitos Bancários	276.320,29	376.426,33
Aplicações Financeiras	110,40	-
Totais	276.430,69	376.426,33

26. Impostos sobre o rendimento

A agência goza de todas as isenções e benefícios fiscais aplicáveis às pessoas colectivas de utilidade pública, nos termos da legislação em vigor.

27. Informações exigidas por diplomas legais

Agência não apresenta dívidas ao Estado ou à Segurança Social em situação de mora.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, foram suportados pela Agência 6.336 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, referentes a honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas. Os honorários facturados dizem respeito exclusivamente, à actividade de revisão legal de contas.

29. Acontecimentos após a data do balanço

À presente data, o Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos, posteriores a 31 de Dezembro de 2013, que justifiquem ajustamentos nestas Demonstrações Financeiras.

O Conselho de Administração

Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral

Jacinto Jorge Carvalhal

João Alexandre Botelho Duarte Silva

Sérgio Machado dos Santos

Paulo Jorge dos Santos Silva Santiago

O Técnico Oficial de Contas

João Salvador Oliveira Cipriano
TOC nº 50925